

Partido vai ao STF contra bloqueios do BRB em salários de servidores do DF

O Partido Comunista do Brasil (PCdoB) ajuizou no Supremo Tribunal Federal uma ação para impedir que o Banco de Brasília (BRB) bloqueie valores acima do limite legal nos salários de servidores públicos do Distrito Federal. A arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) 1.253 foi distribuída ao ministro Edson Fachin.

Segundo o PCdoB, o BRB tem efetuado bloqueios totais ou desproporcionais da remuneração de correntistas para garantir o pagamento de dívidas, sejam oriundas de empréstimos, consignados ou cartões de crédito.

O partido sustenta que a prática ignora o mínimo existencial do devedor e viola o princípio da dignidade da pessoa humana, entre outros fundamentos constitucionais.

Na ação, o partido afirma ainda que, mesmo diante de decisões judiciais que reconhecem a ilegalidade dos bloqueios, o banco persiste na conduta. A legenda argumenta que as controvérsias sobrecarregam o Judiciário e que muitos servidores prejudicados sequer recorrem à Justiça, o que, na prática, favorece a instituição financeira e incentiva a continuidade da prática.

O PCdoB pede que o STF determine ao BRB a suspensão de descontos que ultrapassem 30% dos salários — ou outro limite que venha a ser fixado pela corte — e que o banco seja obrigado a renegociar contratos, de modo a assegurar a preservação do mínimo existencial dos correntistas. *Com informações da assessoria de comunicação do STF.*

ADPF 1.253

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2025-ago-20/partido-vai-ao-stf-contrabloqueios-do-brb-em-salarios-de-servidores-do-df/>

Felipe Sampaio/STF



PCdoB afirma que instituição financeira adota medidas desproporcionais para garantir pagamento de dívidas